

ÍNDICE

1. PREÂMBULO	3
2. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO	6
2.1. A Freguesia da Trofa.....	6
2.2. Monumentos	7
2.3. Duarte de Lemos	9
2.4. Atividade Económica	10
3. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	11
3.1. Breve Historial	11
3.2. Corpo Discente.....	11
3.3. Corpo Docente.....	12
3.4. Corpo Não Docente	13
3.5. Outros Serviços	13
4. IDENTIDADE ESCOLAR	14
4.1. Conceção de Educação e de Escola	14
4.1.1. Conceção de Educação.....	14
4.1.2. Conceção de Escola	15
5. MISSÃO EDUCATIVA	16
6. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DE AÇÃO PEDAGÓGICA	17
6.1. Orientação Geral do Processo Educativo.....	18
6.2. Avaliação.....	19
7. ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA.....	21
8. OBJETIVOS.....	23
9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO / PROJEÇÃO DE RESULTADOS	25
9.1 Avaliação Quantitativa.....	25
9.2 Avaliação Qualitativa	26
10. CONCLUSÃO	27
11. BIBLIOGRAFIA	28
12. PLANO DE ATIVIDADES DE ESCOLA.....	31

“O Projeto Educativo não é uma simples representação do futuro da escola, mas um futuro para fazer, um futuro a construir, uma ideia a transformar em ato.”

Jean Marie Barbier

1. PREÂMBULO

Elaborar este Projeto Educativo, significou pensar o sentido da escola e, simultaneamente, desejar-lhe um determinado futuro.

Nesta aceção, o Projeto Educativo não é um documento acabado, mas a expressão de um processo em construção, congregador e espelho da ação de toda a comunidade bem como das suas expectativas. Resultou de um processo de reflexão que requereu a cooperação, participação e partilha de todos os parceiros educativos.

Na génese deste Projeto esteve uma procura de identidade própria do Instituto Duarte de Lemos, entendido como unidade estratégica crucial, numa política de inovação, no “fenómeno da descoberta da escola”, com implementação de prioridades originárias das necessidades educativas locais. Só desta maneira a escola poderá aspirar a uma completa ligação ao meio que lhe dá o ser. A escola obriga-se a animar a realidade social envolvente, rompendo finalmente as próprias fronteiras físicas. Desta intervenção social resulta, citando José M. Q. Cabanas **“um processo interaccional de aprendizagem que permite ao indivíduo assumir, interiorizar e integrar, na sua estrutura de personalidade, formas e condutas culturais do seu meio ambiente, integrando-as progressivamente na sociedade”**.

Também a escola, nesta perspetiva, permite aos seus alunos uma construção e interiorização de valores sólidos e oferece-lhes a oportunidade de os implantar como prática social. A Comunidade Educativa assume-se como um todo interativo, com uma corresponsabilização da família, dos parceiros sociais e das instituições na socialização e educação dos jovens.

Percursos ...

Segundo Antunes (in *Por um Projeto Educativo de Rede*) o Projeto Educativo de Escola é “um instrumento para a gestão - coerente com o contexto escolar - que enumera e define os traços de **identidade de uma escola**, formula os objetivos que pretende e exprime a estrutura organizativa da instituição”.

A escolha da escola como unidade estratégica e crucial, conduziu a uma análise das questões educativas que procuram escapar à dicotomia entre a perceção micro e macro, privilegiando um terceiro nível de intervenção, contextualizado nos objetivos da ação educativa e com um entendimento total da escola como um espaço onde confluem fatores de natureza individual, grupal, institucional, social, histórica e simbólica.

A escola, como instância socializadora e fomentadora de uma aprendizagem cívica, tem como objetivo principal a promoção do desenvolvimento integral do aluno nas suas duas vertentes: uma que deve atender às necessidades legítimas e inerentes ao seu valor e dignidade, sendo, por conseguinte, dever da escola preparar cidadãos capazes com suficiente sucesso e satisfação, ou seja, com os conhecimentos e competências sociais e cognitivas que lhes permitam adaptar-se e intervir crítica e criativamente na sociedade; outra que se prende com a esfera dos valores.

Pretende-se uma escola com uma identidade e cultura próprias, mais integrada socialmente e mais participada, uma escola onde ganha vigor o sentido social e comunitário, caracterizada pelos princípios de **aprender a ser, aprender a aprender e num espaço de educação permanente**, tendo como base o primado dos critérios de natureza pedagógica e científica.

Deste modo, o Projeto Educativo de Escola surge como o documento por excelência, da concretização da autonomia da escola, orientador de toda a comunidade escolar e com a preocupação de promover a qualidade do trabalho aí desenvolvido de modo a garantir a estabilidade e eficiência, tão necessárias ao bom funcionamento da escola e ao processo de ensino aprendizagem. Assume-se, ainda, como um instrumento essencial de gestão, construído, avaliado e redefinido pelo coletivo de todos os professores, alunos, pais e restante Comunidade Educativa.

Para que as práticas não fiquem na penumbra das palavras é necessário que os atores educativos saibam ver no Projeto Educativo uma possibilidade de passagem do “eu” para o “nós” na organização escolar.

Expectativas

O Projeto Educativo é um processo em construção, porque é a partir dele que a informação e avaliação da escola se organizam e porque as estratégias, prioridades e metas facilitam os critérios a ser usados na sua própria avaliação. Pretende-se que seja um instrumento de ajuda para toda a Comunidade Escolar, que adquira o seu verdadeiro sentido e que não seja ignorado, pretende-se ainda que seja um contributo para um caminho mais definido no processo de autonomização da escola e para a progressiva resolução das dificuldades e obstáculos. Pretende-se, acima de tudo, que todos os intervenientes da Comunidade Escolar possam afirmar com convicção, “**sei porque estou aqui**”.

Sendo o Projeto Educativo **dinâmico, flexível e aberto**, deve ser avaliado sempre que tal se mostre conveniente.

Traduzindo-se numa referência interna para toda a escola e como meio de definição e afirmação para o exterior, este Projeto foi orientado para a ação, permitindo desenvolver a partir dele a planificação a médio prazo concretizado num período de 3 anos, através das suas ferramentas de suporte.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO

2.1. A Freguesia da Trofa

O Instituto Duarte de Lemos insere-se na Trofa, freguesia do concelho de Águeda, distrito de Aveiro, situada no Baixo Vouga (região centro do país, uma zona de transição entre o Litoral e o Interior).



A freguesia da Trofa, onde se implanta o Instituto Duarte de Lemos, é limitada a Norte pelas freguesias de Lamas do Vouga e de Valongo do Vouga, a Sul por Segadães e Águeda, a Nascente por Valongo do Vouga e a Poente por Segadães. Compreende as povoações de Carrasqueiras, Cheira, Covelas, Crastovães, S. Sebastião, Trofa e a vila de Mourisca do Vouga. Conta, no total, com 2678 habitantes de acordo com os censos de 2001.

O concelho de Águeda é constituído por vinte freguesias, contando com uma área aproximada de 354,3 Km² e uma população de 44045 habitantes (censos de 2001). Fica rodeado, a Norte, pelo concelho de Albergaria-a-Velha, a Poente pelo concelho de Aveiro, a Sul pelos concelhos de Oliveira do Bairro e de Anadia e a Nascente pelos concelhos de Sever de Vouga e de Tondela (este do distrito de Viseu).



A economia do concelho baseia-se predominantemente na indústria (zonas ribeirinhas), nas atividades ligadas à floresta (zonas serranas) e na agricultura. As indústrias do concelho englobam essencialmente os ramos da metalurgia e da cerâmica. Águeda é sede de uma Associação Industrial (AIA) e de uma Associação Comercial (ACOAG).

No que diz respeito à cultura, desporto e ocupação de tempos livres, o leque é variado: cinco bandas de música, vários grupos folclóricos e desportivos, associações culturais, humanitárias e recreativas.

Águeda é sede do semanário mais antigo do país, "Soberania do Povo", do semanário "Região de Águeda", bem como o semanário "Litoral Centro", também editado no concelho. A nível radiofónico, o concelho é servido por duas estações: Rádio Botaréu (100.0 MHz) e Rádio Soberania (99.3 MHz).

De referir ainda a existência de Museus, de uma Biblioteca Municipal, um Hospital Distrital e um Centro de Saúde com extensões em quase todas as freguesias.

Quanto a estabelecimentos de ensino, o concelho dispõe, para além de uma rede (embora pequena) de Ensino Pré-Primário, de estabelecimentos vários para o primeiro Ciclo, de cinco Escolas dos Segundo e Terceiro Ciclos (nelas incluído o Instituto Duarte de Lemos), de duas escolas lecionando o Terceiro Ciclo e o Ensino Secundário, um Conservatório de Música, um Centro de Formação do Instituto de Emprego e de Formação Profissional e ainda da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, dependência da Universidade de Aveiro.

2.2. Monumentos

Na Freguesia da Trofa não será nunca de mais falar da **Igreja Matriz da Trofa**, de data anterior ao séc. XVI, que alberga o **Panteão dos Lemos** (monumento nacional), do **Pelourinho do séc. XVI**, do Cruzeiro na parte posterior da Igreja, da **Capela de S. Sebastião** com escultura do séc. XVI, da **Capela de S. Inácio**, em Mourisca do Vouga e de um **Pelourinho do 2º quartel do séc. XVI**, no largo para Crastovães.



Cruzeiro da Trofa

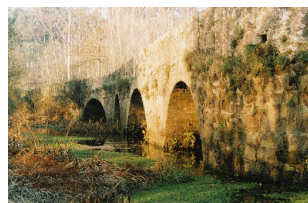


Igreja da Trofa

Na freguesia de **Lamas do Vouga** a **Estação Arqueológica de Cabeço do Vouga/Castelium Marnelis** e a **Ponte de Cabeço do Vouga**, também conhecida por Ponte Velha do Marnel, são dois *ex-libris*.



Castelium Marnelis



Ponte Velha do Marnel

Em **Valongo do Vouga** é de salientar a existência da **Casa Solar da Quinta da Aguieira, da Casa de Aguieira, dos Cruzeiros de Aguieira e de Arrancada, da Casa e Capela do Sobreiro e da Aldeia de Arrancada.**



Casa Solar da Quinta de Aguieira

Macinhata do Vouga oferece o **Solar da Quinta de Serém, as Capelas de Nossa Senhora da Paz, no Beco, de Santo Antão, em Soutelo, e da Nossa Senhora da Aflição, situada em Jafafe e a Igreja de Macinhata.**



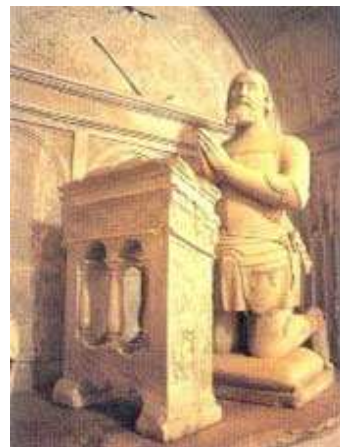
Na freguesia de **Travassô**, a **Varanda de Pilatos, a Igreja de São Miguel, as Capelas de Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora dos Milagres, Santa Luzia e de São Caetano, no Almeiar, e a Igreja de São Miguel.**



Igreja de São Caetano



Capela de Santa Luzia



2.3. Duarte de Lemos

Duarte de Lemos foi o terceiro Senhor da Trofa, filho de João Gomes de Lemos. A data exata do seu nascimento não é conhecida, terá nascido na década de 80 no século XV e vindo a falecer em junho de 1558. Casou com D. Joana de Melo provavelmente em 1514.

Duarte de Lemos dedicou grande parte da sua vida ao mar, terá vivido no mar cerca de cinquenta anos, sempre ao serviço da Coroa Portuguesa, primeiro do Rei D. Manuel I e depois de D. João III. Duarte de Lemos era, no seu tempo, um importante fidalgo, uma figura intimamente ligada ao período mais glorioso da História de Portugal. Marcou importante presença na Índia, em África e no Brasil, passando por todos os pontos mais importantes do nosso Império Ultramarino do Séc. XVI.

No Império Oriental desempenhou as funções de capitão - mor do Mar da Etiópia, da Arábia e da Pérsia, com jurisdição de Sofala até Cambaia. Duarte de Lemos era na Índia uma figura muito importante mas igualmente polémica, tendo-se envolvido nas diversas questões que em dada altura caracterizaram o Império Português do Oriente, o que lhe granjeou muitos admiradores mas igualmente muitos inimigos.

Para concluir nada melhor que uma passagem do livro “Os Lemos da Trofa”, da autoria de Amaro Neves, que se refere assim a Duarte de Lemos na parte final do seu trabalho, “ *Seja como for, Duarte de Lemos, o 3º senhor da Trofa, teve existência notável, procurou fazer “o serviço de Deus e do Rei” com todas as suas forças, fez pelo menos cinquenta anos de mar, desde o Índico às costas americanas, acompanhou a evolução dos tempos como homem da sua época e deixou, para além de todos os feitos militares, políticos ou sociais, uma também notável obra de arte que em exclusivo se lhe deve.*”

Nota: A notável obra de arte a que se refere o autor é naturalmente o Panteão dos Lemos, monumento nacional, orgulho da Freguesia da Trofa do Vouga.

Texto retirado do *Fidalgo*, nº 1

2.4. Atividade Económica

As principais atividades económicas vão da agricultura à indústria, passando pelo comércio. Dentro desta dinâmica, emergiram diversas associações, tais como o Centro Cultural e Recreativo de Crastovães (grupo folclórico), a Associação "Os Pioneiros" de Mourisca do Vouga, o Centro Social de Bem-Estar Infantil de Mourisca do Vouga, o Grupo Folclórico da Região do Vouga, a Associação Cultural e Recreativa "Os Fidalgos da Trofa", o Museu Etnográfico da Região do Vouga, a Tuna Mourisquense 1º de janeiro e a União Desportiva Mourisquense. A freguesia conta ainda com um Jardim de Infância da rede pública e de duas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico.

O Instituto Duarte de Lemos serve um grupo de freguesias do concelho: Trofa, Travassô, Óis da Ribeira, Segadães, Lamas do Vouga, e os lugares de Serém de Cima, Serém de Baixo, Mesa, Lameiro e Carvalhal, da freguesia de Macinhata do Vouga.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

3.1. Breve Historial

O Instituto Duarte de Lemos, escola privada com contrato de associação e autonomia pedagógica, visa a construção do ser, numa perspetiva humanista fomentada nos valores da sociedade, revelando responsabilidade na educação dos muitos alunos que aqui se formam.

Abriu as suas portas no dia 22 de setembro de 1997, estando atualmente a iniciar o décimo quinto ano de existência.

3.2. Corpo Discente

A população escolar é predominantemente oriunda de famílias cujas atividades profissionais se centram na indústria.

Se procedermos ao levantamento do escalão socioeconómico e cultural dos progenitores da população escolar desta escola, verificaremos que a maior parte possui habilitações ao nível dos 2º e 3ª Ciclos, registando-se ainda alguns casos de habilitações, quer ao nível do 1º Ciclo, quer ao nível do Ensino Superior.

A grande maioria das famílias da zona, a par de outras atividades, explora pequenas porções de terreno agrícola em regime familiar, constituindo, assim, a agricultura um importante fator de subsistência. Para isso contribui em grande parte o precioso auxílio da população escolar, que, maioritariamente, ocupa parte dos tempos livres a ajudar os pais ou os familiares mais próximos.

O grosso da população escolar habita nas freguesias de influência da escola, dependendo, maioritariamente, dos transportes da escola.

A tabela que se segue refere-se ao número de alunos e de turmas, distribuídos pelos respetivos ciclos, no ano letivo que marcou o início da atividade da escola e o presente ano letivo. Os dados demonstram um acentuado crescimento no número de alunos.

Corpo Discente									
Nº de alunos		Alunos 2º ciclo		Alunos 3º ciclo		Turmas 2º ciclo		Turmas 3º ciclo	
97/98	11/12	97/98	11/12	97/98	11/12	97/98	11/12	97/98	11/12
328	577	192	267	136	310	8	11	6	13

3.3. Corpo Docente

Apresenta-se em seguida a constituição do corpo docente no ano de início das atividades letivas no Instituto Duarte de Lemos e no presente ano letivo, bem como a sua atual distribuição pelos respetivos departamentos. Há ainda a referir que alguns docentes integram simultaneamente dois departamentos. Note-se que todos os professores são licenciados. Ainda de sublinhar, que apenas dois professores não são profissionalizados.

Corpo Docente						
Nº de docentes		Línguas	Ciências Humanas e Sociais	Ciências Físicas e Naturais	Educação Física, Artística e Tecnológica	Matemática
97/98	10/11	12	6	8	13	7
28	46					

3.4. Corpo Não Docente

Na tabela seguinte é feita a referência às diferentes funções do corpo não docente.

Corpo Não Docente					
Emp. Refeitório	Cozinheira	Motorista	Secretaria	Operador de Reprografia	Vigilante
3	1	3	2	1	4

3.5. Outros Serviços

Nesta escola existe, ainda, um Serviço de Psicologia e Orientação Profissional, da responsabilidade de uma Psicóloga. Os apoios educativos são garantidos pela própria escola, através de professores com formação adequada.

4. IDENTIDADE ESCOLAR

A Constituição Portuguesa e a Lei de Bases do Sistema Educativo contêm os fundamentos da conceção de educação e da escola que defendemos e que deve assentar nos princípios seguintes:

- construção da comunidade educativa.
- respeito pela pessoa humana;
- importância da descoberta e da criatividade;
- formação integral do indivíduo;
- segurança.

4.1. Conceção de Educação e de Escola

4.1.1. Conceção de Educação

Entende-se que a ação educativa da escola deve abarcar, simultânea e complementarmente, três vertentes fundamentais:

- A **instrução**, visando a aquisição e o domínio de saberes, capacidades e competências indispensáveis à escolha e prossecução de vias escolares ou profissionais subsequentes;
- A **socialização**, tendo em vista o desenvolvimento de valores, atitudes e padrões de comportamento que contribuam para a formação dos cidadãos conscientes e participativos numa sociedade democrática;
- A **personalização**, tendo por objetivo o desenvolvimento global e harmonioso dos alunos, no sentido de favorecer a sua auto – realização, na sua dimensão individual e social.

4.1.2. Conceção de Escola

Defendemos um conceito de escola assente nos seguintes princípios fundamentais:

- escola entendida como **Comunidade Educativa**, cujos diferentes atores – alunos, professores, pais e Encarregados de Educação, pessoal não docente e instituições locais – devem atuar de forma coesa e em conformidade com metas e princípios comuns, de modo a assegurar a unidade e a coerência de toda a ação educativa;
- um estilo de **gestão democrática e participada**, como meio de assegurar, de forma direta ou indireta, o envolvimento de toda a comunidade educativa na tomada de decisões, aumentando deste modo a responsabilização individual e coletiva na prossecução dos objetivos estabelecidos;
- a valorização dos contributos de todos e de cada um, como meio de fomentar o **sentimento de pertença** à escola e ao seu projeto;
- o fomento de uma **cultura de avaliação**, que se traduza na institucionalização de práticas de auto-avaliação, com carácter sistemático e de forma participada, tendo em vista a regulação do funcionamento da escola e a melhoria da qualidade do serviço educativo que presta;
- o fomento de uma escola com **identidade própria**, resultando das opções assumidas coletivamente e da qualidade do serviço educativo prestado.

5. MISSÃO EDUCATIVA

- Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspectiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;
- Assegurar o cumprimento integral dos grandes princípios da Lei de Bases do Sistema Educativo nacional (Lei 46/86, de 14 de outubro), assumindo o compromisso de desenvolver estratégias nesse sentido;
- Promover, de forma ativa e motivadora, a aquisição de saberes e competências previstas para cada ciclo de escolaridade, desenvolvendo e aperfeiçoando a qualidade das aprendizagens;
- Apostar continuamente na modernização dos recursos adequados à concretização das políticas educativas;
- Proporcionar a participação dos professores e do pessoal não docente em atividades de formação, de modo a melhorar a qualidade do seu desempenho profissional;
- Promover a igualdade e oportunidade de sucesso escolar, através do cumprimento das medidas concretas previstas neste documento, no Projeto Curricular de Escola e no Projeto Curricular de Turma que contribuam para minorar as desigualdades socioeconómicas e culturais que os alunos transportam para a Escola;
- Fomentar a aquisição de atitudes tais como a autonomia, o respeito mútuo, a solidariedade, a cooperação, a iniciativa, a responsabilidade, com vista a assegurar a formação cívica, ética, moral, social e profissional ao aluno como cidadão responsável, consciente e participativo na vida comunitária e familiar, fomentando o sentimento de pertença à comunidade, tendo como referência o legado do Património local e regional;

- Fomentar um clima positivo de relações humanas baseado na abertura, na transparência, na cooperação e no convívio;
- Proporcionar, através do Desporto Escolar, atividades desportivas de carácter recreativo/lúdico, de formação ou mesmo de orientação desportiva, tendo em vista a aquisição de competências físicas, técnicas e táticas. Assim pretende-se levar os alunos a conhecer as suas implicações e benefícios e valorizá-los;
- Institucionalizar práticas de autoavaliação com carácter sistemático e de forma participada, tendo em vista a otimização do seu funcionamento e a melhoria de qualidade do seu funcionamento e a melhoria de qualidade do serviço educativo prestado, tais como:

Organização burocrática;

Higiene e Alimentação;

Segurança;

Prática Letiva na sala de aula;

Implementação de ações que visem a melhoria de comportamentos e atitudes;

Apoio psicológico individualizado.

6. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DE AÇÃO PEDAGÓGICA

O currículo não se esgota na sua dimensão formal, comportando o terreno da prática pedagógica uma larga margem de imprevisibilidade, pelo que se torna fundamental explicitar alguns princípios básicos orientadores da ação educativa tendentes a assegurar a sua unidade e coerência.

6.1. Orientação Geral do Processo Educativo

Entendemos que a ação educativa deve assentar nos seguintes princípios:

- Adequar as experiências de aprendizagem ao nível de desenvolvimento cognitivo dos alunos, solicitando a sua contínua progressão, adequada à escolha e prossecução das vias escolares ou profissionais subsequentes;
- Articular as atividades escolares com a vida, o meio e o mundo do trabalho. A escola deve sair de si mesma, abrir-se à realidade exterior, utilizando-a não só como recurso didático, mas sobretudo como possibilidade de concretizar projetos de pesquisa ou de intervenção, em que os alunos se empenhem participativamente na vida da comunidade, de acordo com o seu nível de capacidades e com as suas motivações;
- Realizar o processo de ensino-aprendizagem assente no domínio de processos e o desenvolvimento de aptidões que habilitem os alunos para a resolução de problemas e a adaptação flexível a novas situações;
- Proporcionar o desenvolvimento integral do aluno, através do estabelecimento de laços afetivos que desenvolvam a dimensão humanista;

6.2. Avaliação

Numa escola caracterizada por um elevado grau de heterogeneidade sócio – cultural, em que as motivações, os interesses e as capacidades de aprendizagem dos alunos são muito diferenciadas, dever-se-á adequar a ajuda pedagógica às necessidades de cada aluno, esbatendo as desigualdades e não as acentuando. Para que o ensino atenda a essas necessidades, requer-se uma avaliação individualizada, que fixe as metas que o aluno deverá alcançar, a partir de critérios estabelecidos em função da sua situação no início de cada etapa.

Esta avaliação, que tem uma dimensão formativa, implica, pelo seu caráter sistemático e contínuo, momentos de avaliação frequentes, para efetuar o balanço do que se está a fazer, assumindo assim um caráter eminentemente regulador do ensino-aprendizagem. Na verdade, este tipo de avaliação permite:

- ✓ ao professor:
 - analisar criticamente a sua atuação;
 - introduzir mecanismos de correção e reforço;
 - definir estratégias alternativas;
 - orientar a sua atuação com os alunos, com os outros professores e com os Encarregados de Educação.

- ✓ ao aluno:
 - controlar em pequenos passos a sua aprendizagem;
 - ter consciência dos seus progressos e não acumular as suas dificuldades e lacunas;
 - refletir sobre os seus erros para experimentar outros caminhos.

Uma pedagogia diferenciada como a que a avaliação formativa pressupõe não impede a existência de pedagogias universais, que fixem competências gerais de aprendizagem para o conjunto dos alunos de um mesmo ano ou ciclo de escolaridade.

A classificação pode incidir sobre tarefas pontuais (trabalhos, testes...) ou assumir um caráter mais global, nomeadamente no final de um período, de um ano escolar ou de um Ciclo. Ao classificar, será necessário analisar e ponderar todos os resultados, de modo a convertê-los num resultado síntese que possa ser quantificado. No cálculo da classificação deverão ser utilizados dados objetivos, previamente conhecidos pelos alunos e recolhidos a partir de aspetos que foram objeto do processo de ensino-aprendizagem.

No que se refere àquilo que é o objeto de avaliação, é necessário salientar que os alunos devem conhecer previamente os aspetos que serão objeto de observação, bem como os critérios que orientam a avaliação.

Incidindo a avaliação sobre conhecimentos, capacidades, atitudes e valores, é indispensável diversificar os instrumentos e meios de avaliação utilizados, adequando-os a cada situação.

Por fim, entende-se que, para que a avaliação cumpra o seu papel orientador e regulador, é fundamental que o professor comunique oportunamente a cada aluno os dados das sucessivas avaliações.

Assim é necessário que:

- indique os aspetos a aperfeiçoar;
- dê orientações práticas para a superação das dificuldades;
- transmita ao aluno a convicção de que os resultados da aprendizagem podem melhorar com o esforço e de que a cooperação com os colegas pode facilitar a aprendizagem.

7. ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA

Feito o confronto entre o que a escola pretende ser (domínio das intenções na conceção de educação e de escola, nas finalidades educativas e nos princípios orientadores da ação pedagógica) e aquilo que a escola é na realidade, presentemente, a Comunidade Educativa identificou um conjunto de problemas que considerou relevantes, a saber:

- Reforço da transversalidade ao nível da língua materna;
- Reforço da capacidade de dedução lógica e do raciocínio abstrato;
- Promoção do cálculo mental proporcionado pela via lúdica;
- Recurso às novas tecnologias como meio prioritário de aprendizagem, contribuindo para a melhoria do nível cultural dos alunos;
- Contribuição para a melhoria do nível cultural dos alunos;
- Incrementação do ensino do aprender a aprender, como forma de promover o sucesso educativo e a autonomia dos alunos;
- Procura de ofertas educativas através do encaminhamento proporcionado pelos Serviços de Psicologia, criando alternativas voltadas para a aprendizagem em situação real para alunos com necessidades educativas especiais e outras dificuldades de aprendizagem/comportamento;
- Promoção da autoconfiança e autoestima dos alunos, desenvolvendo nestes o gosto pela escola;
- Incrementar da valorização e humanização dos espaços educativos;
- Incrementar da relação escola-família e o acompanhamento familiar dos alunos;
- Promoção da formação contínua dos docentes em diferentes áreas;
- Valorização do papel do pessoal auxiliar da ação educativa, implementando estratégias de atuação e promovendo a sua formação contínua;
- Garantia de um maior acompanhamento aos alunos, na transição de ciclo, no sentido de lhes proporcionar um adequado

encaminhamento, com o objetivo dos mesmos atingirem, mais facilmente, as competências definidas pelo Ministério da Educação;

- Continuação da colaboração sistemática do trabalho desenvolvido pela Equipa Multiprofissional da Trofa, no sentido de alcançar uma melhoria da qualidade do serviço prestado às crianças e jovens da zona e à comunidade educativa em geral.

8. OBJETIVOS

Os objetivos do **Instituto Duarte de Lemos** decorrem das concepções de educação e de escola, das finalidades educativas e dos princípios orientadores da ação pedagógica anteriormente enunciados. Nesse sentido, a Escola deverá ter como imperativo a necessidade de atuar em todas as suas vertentes, congruente com as intenções expressas no Projeto Educativo.

Para além do anteriormente exposto e tendo em conta as áreas de intervenção prioritárias, a Escola deverá organizar e orientar o seu desempenho, tendo em vista a concretização dos seguintes **Objetivos**:

- Promover o sucesso da Língua Portuguesa - (Ler e Escrever Através de Oficinas);
- Promover o sucesso a Língua Portuguesa, no 9º ano, tendo também em conta os resultados obtidos na avaliação externa;
- Promover o sucesso da Matemática, nos 2º e 3º ciclos de ensino, tendo em conta os resultados obtidos na avaliação (Projeto de Escola para Melhorar os Resultados na Disciplina de Matemática, dos alunos dos 2º e 3º ciclos);
- Promover o sucesso a Matemática, no 9º ano, tendo também em conta os resultados obtidos na avaliação externa;
- Incrementar a relação escola-família e o acompanhamento familiar dos alunos;
- Reforçar o sucesso dos alunos, na transição de ciclo, proporcionando uma melhor articulação de conteúdos, a fim de aperfeiçoarem as competências na prossecução de estudos;
- Inculcar, nos alunos, a necessidade de uma interiorização cultural, para o seu enriquecimento enquanto cidadãos, fomentando a cooperação e o espírito de grupo entre todos os níveis da Comunidade Escolar;
- Proporcionar formação adequada às necessidades do contexto escolar, numa perspetiva de atualização, previsto no Decreto-Lei nº 6/2001, artigo 18º;
- Articular e dinamizar os serviços da comunidade, criando novas respostas, de modo a assegurar o acompanhamento das situações;

- Promover ações que tenham por objetivo implementar programas/projetos dirigidos à comunidade educativa, com a finalidade de prevenir comportamentos de risco.
- Implementar um sistema de avaliação que radique essencialmente no cumprimento de pedagogia por objetivos;
- Promover o cumprimento da Lei nº 60/2009, de 6 de agosto e Portaria n.º196-A/2010, de 9 de abril, proporcionando o desenvolvimento de Projetos de Educação Sexual na escola que visem o desenvolvimento de competências nos jovens que permitam atingir as finalidades definidas nesta Lei;
- Promover a aprendizagem das Línguas Estrangeiras, dando aos alunos a possibilidade de optarem por duas das seguintes Línguas Estrangeiras: Inglês, Francês, Espanhol e Alemão.

• 9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO / PROJEÇÃO DE RESULTADOS

- Cumprimento das diretrizes constantes neste Projeto;
- Projeção da imagem da Escola no meio e na Comunidade Educativa;
- Grau de empenho e satisfação dos diferentes atores da Comunidade Educativa;
- Concretização de todas as atividades constantes no Plano Anual de Atividades da Escola.

Este Projeto, porque inacabado, não se esgota necessariamente num período de tempo limitado. A avaliação terá cabimento sempre que a Comunidade Educativa achar justificação para tal.

No entanto, uma avaliação global e detalhada deverá ser feita no final de cada ano letivo. O resultado desta avaliação terá uma função diagnóstica, tendo em conta uma possível reformulação total ou parcial do projeto.

A Avaliação do Projeto Educativo terá duas vertentes: quantitativa e qualitativa.

9.1 Avaliação Quantitativa

A avaliação quantitativa deverá basear-se nos seguintes dados estatísticos:

- Nº de transição por ano de escolaridade,
- Nº de casos de abandono por ano de escolaridade,
- Nº de faltas de alunos, docentes e não docentes,
- Nº de participações dos Encarregados de educação na vida escolar,
- Nº de processos disciplinares,
- Nº de alunos a frequentar as atividades de enriquecimento curricular,
- Nº de Formações de professores e auxiliares de ação educativa

9.2 Avaliação Qualitativa

A avaliação qualitativa deverá basear-se nos seguintes documentos de controlo:

Relatórios de Atividades

Relatório anual de avaliação do Projeto Curricular de Escola

Relatório da avaliação do Projeto Educativo de Escola realizado de três em três anos, recorrendo a instrumentos como inquéritos a toda a comunidade educativa, entre outros.

10. CONCLUSÃO

O presente Projeto aplica-se por três anos letivos de 2009/2010, 2010/2011 e 2011/2012. Como instrumento de orientação, deve refletir-se em todos os planos e atividades desenvolvidos ao longo dos anos letivos referidos. Desta forma, e tendo em conta os princípios orientadores presentes no Decreto-Lei nº6/2001, de 18 de janeiro, concernente à Reorganização Curricular do Ensino Básico, este Projeto contempla na sua dinâmica os pressupostos quanto às aprendizagens cruciais e aos modos como as mesmas se processam. É dada especial relevância à avaliação das aprendizagens, entendidas como um processo regulador e orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelos alunos ao longo do Ensino Básico, tomando em consideração a definição das políticas educativas presentes neste Projeto. Trata-se de um contrato que compromete e vincula todos os membros desta Comunidade Educativa numa finalidade comum.

Contudo, como projeto dinâmico, encontra-se aberto a todas as alterações resultantes das diversas avaliações a que será submetido. Assim, deve ser avaliado ordinariamente no final de cada ano letivo e, extraordinariamente, sempre que seja conveniente.

11. BIBLIOGRAFIA

- BARROSO, João (1994), Do «Projeto educativo» à Planificação e Gestão Estratégica da Escola *in* Noesis (revista), pp. 26/28, nº31, Lisboa, IIE.
- BOGALHO, Alberto Fânzeres (2000), «O Projeto Educativo na vida escolar», *in* Correio Sindical (revista), pp. 26 e 27, nº37, Coimbra.
- CANÁRIO, Maria Beatriz (1994), «O sentido da avaliação do P.E.E.», *in* Noesis (revista), pp. 48/50, Lisboa, IIE.
- CANÁRIO, M. Beatriz (1994), Sugestões para o início da realização de um PEE, *in* Noesis (revista), p. 25, nº 31 Lisboa, IIE.
- CLÍMACO, Maria do Carmo (1992), «Uma gestão para os anos 90?» *in* Noesis (revista), pp. 12/14, nº25, Lisboa, IIE.
- COSTA, Ana Cristina (1994), «A importância da participação na escola e a construção do seu P.E.E.», *in* Noesis (revista), pp. 29/33, Lisboa, IIE.
- COSTA, Jorge Adelino (1995), Administração escolar: imagens organizacionais e projeto educativo da escola, Universidade de Aveiro.
- CURADO, Ana (1994), «A construção do P.E.E.» *in* Noesis (revista), pp. 38/43, nº31, Lisboa, IIE.
- DIOGO, Fernando(1994), Por um Projeto Educativo de Rede, Cadernos Correio Pedagógico, Porto, Edições Asa, 1ª Edição
- FERREIRA, Henrique (1995), «Fundamentos organizacionais do Projeto Educativo» *in* Administração Escolar, pp. 191/205, Inovação (revista), vol. 8, nº1 e 2, 1995, IIE

- MACEDO, Berta (1991), «Projeto educativo de Escola: do porquê Construí-lo à Génese da Construção», *Inovação (revista)* vol.4, nº2 a 3, 1991, IIE.
- MACEDO, Berta (1994), «A construção do P.E.E.», *in Noesis (revista)*, pp. 20/24, nº31, Lisboa, IIE.
- MADEIRA, Ana (1994), «Projeto Educativo e desenvolvimento local», *in Noesis (revista)*, pp. 34/37, nº31, Lisboa, IIE.
- MADEIRA, Ana (1995), «A Importância do diagnóstico da situação na elaboração do Projeto Educativo de Escola», *in Administração Escolar*, pp. 167/189, *Inovação (revista)*, vol. 8, nº 1 e 2, IIE.
- SILVA, M. Isabel (1994), « Projetos na Escola e o P.E.E.» *in Noesis (revista)*, pp. 16/19, nº31, Lisboa, IIE.
- VASCONCELOS, Fernando Nuno (1999), *Projeto Educativo - Teoria e práticas nas escolas*, Texto Editora, Lisboa, 1ª edição.

Legislação consultada

- Lei nº46/86, de 14 de outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo.
- Decreto-Lei nº 6/2001 de 18 de janeiro
- Despacho Normativo nº 30/2001
- Lei nº 60/2009, de 6 de agosto
- Portaria n.º196-A/2010, de 9 de abril

Moradas visitadas na Internet

- Ministério da Educação
- Câmara Municipal de Águeda
- Porto Editora
- Projeto Educativo
- Texto Editora